

## **FONSECA, Mário Hermes da**

\* dep. fed. BA 1912-1923.

*Mário Hermes da Fonseca* nasceu em Fortaleza no dia 25 de abril de 1880, filho do marechal Hermes Rodrigues da Fonseca e de Orsina Francioni da Fonseca. Seu avô paterno, Hermes Ernesto da Fonseca, marechal do Exército, foi presidente da província de Mato Grosso durante o Império (1875-1878) e governador da Bahia na República (1890). Eram irmãos de seu avô o marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República em 15 de novembro de 1889 e primeiro presidente do Brasil sob o novo regime, até 1891; João Severiano da Fonseca, o primeiro general médico e patrono do Serviço de Saúde do Exército brasileiro, constituinte e senador pelo Distrito Federal em 1891; e Pedro Paulino da Fonseca, coronel honorário, governador de Alagoas de 1889 a 1890, também constituinte e senador em 1891. Seu pai foi ministro da Guerra no governo de Afonso Pena (1906-1909), ministro do Supremo, depois Superior Tribunal Militar (STM) (1908-1909) e presidente da República (1910-1914). Seu irmão, o também militar Euclides Hermes da Fonseca, era comandante do forte de Copacabana quando do episódio dos 18 do Forte, em julho de 1922.

Em março de 1890 Mário Hermes da Fonseca foi admitido, por ordem do ajudante general do Ministério da Guerra, como aluno interno gratuito no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Também aos dez anos de idade seria retratado no quadro do artista espanhol Gustavo Hastoy, que se encontra no salão nobre do Congresso Nacional em Brasília, registrando a assinatura do primeiro projeto de Constituição republicana pelo marechal Deodoro da Fonseca, que recebe das mãos do menino Mário a pena de ouro oferecida pelos ministros. Sentou praça em 17 de março de 1897, sendo classificado no 1º Regimento de Artilharia. Por ato do ajudante general do Ministério da Guerra de maio de 1898, foi colocado à disposição do comandante do Colégio Militar para servir como primeiro-sargento da 1ª Companhia de Alunos. Em 11 de março de 1899, autorizado pelo Ministério da Guerra, prestou exame para a Escola Naval e foi aprovado. No dia 29 de julho de 1899, a seu pedido, foi-lhe concedida a baixa do serviço ativo do Exército. Entretanto, em 7 de abril de 1900 resolveu se apresentar novamente ao Exército. Em dezembro foi autorizado a matricular-se na Escola Militar no exercício de 1901. Em fevereiro de 1904, foi aprovado

por merecimento na Escola Militar em exame de mecânica balística. Dois meses depois, por sua classificação, o comandante da unidade ordenou sua matrícula.

Jovem cadete do Exército, por ocasião da Revolta da Vacina, em novembro de 1904, tomou posição ao lado de seu pai, então comandante da Escola Preparatória e Tática do Exército, na defesa do governo Rodrigues Alves (1902-1906). Sendo seu pai promovido a general de divisão em julho de 1905, e nomeado para comandar o 4º Distrito Militar, sediado no Rio de Janeiro, foi designado para prestar serviço junto ao seu estado-maior. Em 30 de outubro do mesmo ano foi declarado aspirante a oficial.

Já como segundo-tenente, na chamada Revolução de 1906 desencadeada em Mato Grosso por Generoso Ponce contra o coronel Antônio Pais, conhecido como Totó Pais, fez parte da expedição militar comandada pelo general Emídio Dantas Barreto, enviada em maio pelo governo federal para pacificar o estado. Restabelecida a paz, foi dispensado de suas funções em 7 de agosto de 1906 e, de volta ao Rio de Janeiro, foi destacado para o 2º Regimento de Artilharia. Com a posse de Afonso Pena na presidência da República e de seu pai no Ministério da Guerra em 15 de novembro do mesmo ano, foi nomeado seu auxiliar de gabinete e ajudante de ordens.

No dia 10 de agosto de 1908, embarcou a bordo do navio alemão *Cap Blanc* em viagem à Europa, fazendo parte do grupo de oficiais que acompanhou o ministro da Guerra, marechal Hermes. Na ocasião ficou adido ao 13º Regimento do Exército alemão, conhecido como Hussardos da Morte, onde participou de um curso de aperfeiçoamento da instrução militar. Ainda se encontrava na Europa quando foi promovido a primeiro-tenente em 6 de outubro de 1908, com antiguidade a contar de 27 de agosto do mesmo ano. A visita do ministro Hermes da Fonseca à Alemanha resultaria na ideia do contrato de uma missão estrangeira para instrução do Exército brasileiro, o que viria a acontecer somente em 1919, após o término da Primeira Guerra Mundial.

Em janeiro de 1909, foi classificado no 1º grupo do 1º Regimento de Artilharia de Campanha, sediado na cidade de São Gabriel (RS), mas retornou à Europa logo depois, a fim de aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos e de participar da comissão de compras de material bélico. Por aviso do Ministério da Guerra, em 27 de novembro de 1909 foi classificado no 1º Regimento de Artilharia, do qual era o comandante seu tio, coronel Percílio de Carvalho Fonseca. Integrado na Casa Militar da presidência, chefiada pelo

coronel Percílio, Mário Hermes foi nomeado ajudante de ordens do pai quando esse assumiu a chefia da nação, em 15 de novembro de 1910.

#### DEPUTADO FEDERAL

No início de 1911, o nome do ministro da Viação e Obras Públicas, José Joaquim Seabra, começou a ser cogitado para o governo da Bahia. As adesões começaram a chegar no mês de maio ao palácio do Catete, através de telegramas de cidades do interior baiano endereçados ao presidente da República, e também a Mário Hermes, que desde o início apoiou a candidatura. Em 11 de julho, Mário Hermes fez parte da comitiva que acompanhou o marechal Hermes em visita a Salvador. A viagem tinha a finalidade de prestigiar o ministro J. J. Seabra, candidato declarado à sucessão estadual nas eleições de janeiro de 1912.

Apesar do respeito que tinha por seu pai, Mário Hermes não tardou a divergir de sua orientação política, hostilizando especialmente o senador gaúcho e general José Gomes Pinheiro Machado, que tinha poder no Congresso Nacional e ascendência sobre o presidente da República. Resolveu assim se afastar do governo e foi para Salvador, onde teve seu nome incluído como candidato a deputado federal na chapa do Partido Republicano e recebeu o apoio explícito de J. J. Seabra. A disputa pelo governo da Bahia acabou envolvendo o então chefe do Executivo Aurélio Viana, que entrou em choque com a oposição e decidiu transferir a sede da Assembleia Legislativa para Jequié e mandar cercar o prédio da Assembleia em Salvador por tropas policiais. O governo federal determinou a retirada das tropas, mas Viana recusou-se a acatar a exigência, o que resultou, em 11 de janeiro de 1912, no bombardeio de Salvador. Em 25 de janeiro houve violentas manifestações populares nas ruas de Salvador e Aurélio Viana que se viu obrigado a refugiar-se e a renunciar. Mário Hermes participou da reação na capital baiana, luta de que saiu vitoriosa a candidatura de Seabra ao governo, apoiada pelos militares e pelo poder central.

Mário Hermes também acabou eleito deputado federal pelo 1º distrito da Bahia, com mandato de 1912 a 1914. Em 3 de maio de 1912 assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e logo foi escolhido líder da bancada baiana por J. J. Seabra. Pouco tempo depois presidiu o 4º Congresso Operário Brasileiro,

instalado em 7 de novembro de 1912 no palácio Monroe, no Rio de Janeiro. A realização dessa reunião foi muito comentada pela imprensa, principalmente pelos protestos que ocasionou entre o operariado carioca. A censura maior deveu-se ao fato de o evento ter sido sugerido pelo filho do presidente da República, e de muitos trabalhadores serem contra a vinculação do governo na obtenção de melhorias em suas condições de vida.

No pleito realizado em 30 de janeiro de 1915, foi reeleito deputado federal pela Bahia para a legislatura 1915-1917. Foi reconduzido mais uma vez à Câmara na legislatura 1918-1920, e em março de 1919 foi promovido a capitão. Concorreu e saiu vitorioso nas eleições de 20 de fevereiro de 1921, para a legislatura 1921-1923. Foi integrante da Comissão de Marinha e Guerra durante todo o mandato e defendeu o Exército no plenário e nas reuniões das comissões técnicas, pronunciando discursos, apresentando projetos, pareceres e emendas. Obteve, com sua influência, a realização pelo governo federal de importantes obras na capital baiana, como o alargamento da parte baixa da cidade, a construção do cais do porto de Salvador e do edifício sede dos Correios e Telégrafos.

A sucessão presidencial de 1922 foi marcada por conflitos que envolveram de perto a família de Mário Hermes. Já em outubro de 1921, o jornal carioca *Correio da Manhã* divulgou cartas supostamente escritas pelo candidato oficial, Artur Bernardes, contendo acusações ao Exército e ofensas ao marechal Hermes, então presidente do Clube Militar, que depois se provaria serem falsas. Eleito Bernardes em março de 1922, três meses depois o governo federal interveio na sucessão estadual de Pernambuco, em ação que foi duramente criticado pelo marechal Hermes. Em represália, o governo ordenou a prisão do marechal e o fechamento do Clube Militar, no dia 2 de julho de 1922. Em reação, na madrugada de 5 de julho, eclodiu uma série de levantes militares. Na capital federal, revoltaram-se o forte de Copacabana, que era comandado pelo capitão Euclides Hermes da Fonseca, irmão de Mário Hermes, guarnições da Vila Militar, o Forte do Vigia, a Escola Militar do Realengo e o 1º Batalhão de Engenharia; em Niterói, membros da Marinha e do Exército; em Mato Grosso, a 1ª Circunscrição Militar, comandada pelo general Clodoaldo da Fonseca, tio do marechal Hermes. O governo, já prevenido, agiu rápido e conseguiu sufocar a revolta em quase todas as unidades militares. Mário Hermes viu seu pai, irmãos e parentes serem presos, mas por sua condição de deputado federal, amparado pelas imunidades constitucionais, foi o único a não ser detido.

Empossado Bernardes em 15 de novembro de 1922, Mário Hermes não foi reeleito para a legislatura 1924-1926 e, ao término do seu mandato em 31 de dezembro de 1923, deixou a Câmara dos Deputados, sendo reintegrado às fileiras do Exército. Em 1925 estava servindo como ajudante de ordens no 7º Regimento de Artilharia Montada, sediado na cidade mineira de Pouso Alegre, e mais tarde como adido ao 18º de Infantaria, em São João Del Rei, em Minas Gerais. Em maio de 1926 foi promovido a major e em agosto seguinte foi classificado no 2º grupo do 4º Regimento de Artilharia Montada, com sede na cidade paulista de Itu. Pertenceu também ao 2º Regimento de Artilharia de Campanha, da mesma unidade militar. Dois anos depois, em 1928, foi transferido para o 1º grupo do 4º Regimento de Artilharia Montada em Curitiba, no Paraná, contra sua vontade. Não concordando com as várias remoções que lhe eram impostas pelos seus superiores, resolveu requerer sua passagem para a reserva e, por decreto de 19 de julho de 1928, do presidente da República Washington Luís, foi concedida, a pedido, sua reforma do Exército no posto de tenente-coronel, por contar com mais de 25 anos de serviço.

#### NO PÓS-1930

Nas eleições presidenciais de março de 1930, Mário Hermes apoiou o candidato da Aliança Liberal Getúlio Vargas, que seria derrotado nas urnas pelo candidato governista Júlio Prestes. Com a vitória da Revolução de 1930 e a chegada de Vargas ao poder como chefe do governo provisório, assumiria o Comando da Legião de Outubro na capital da República, entidade de apoio a Vargas e a seu governo.

Por decreto assinado por Vargas em 28 de junho de 1932, foi autorizado, sem privilégio, a contratar a pesquisa e lavra de jazidas de ouro nos municípios de Bonfim e Ouro Fino, no estado de Minas Gerais. Em 1935, iria requerer do Departamento Nacional de Produção Mineral do Ministério da Agricultura a prorrogação do prazo para início da exploração de minas de ouro.

Em 15 de novembro de 1937, com a presença do presidente Getúlio Vargas, ministros, autoridades civis e militares, foi inaugurado na praça Paris, no Rio de Janeiro, o monumento de bronze em memória do marechal Manuel Deodoro da Fonseca, de autoria do escultor Modestino Kanto, mandado erigir pelo governo federal. Na solenidade coube a Mário Hermes da Fonseca proferir em nome da família o discurso de agradecimento pela

homenagem.

Em junho de 1939, participou como sócio cotista da Empresa de Carnes Verdes Higienizada Limitada, com sede na cidade do Rio de Janeiro.

Por iniciativa do deputado federal José Augusto Bezerra de Medeiros, da União Democrática Nacional (UDN) do Rio Grande do Norte, foi apresentado na Câmara dos Deputados, em 12 de abril de 1950, projeto de lei determinando a reversão ao serviço ativo do Exército do tenente-coronel Mário Hermes da Fonseca. Pela propositura, seria promovido a general de divisão. Durante a tramitação no Congresso Nacional o projeto sofreu alteração, e uma emenda, que acabou aprovada, concedeu-lhe a patente de general de brigada. A norma legal sancionada pelo presidente do Senado e do Congresso, João Café Filho, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 1953, finalmente concedeu as honras e demais vantagens a Mário Hermes da Fonseca, como general do Exército brasileiro.

Faleceu no Rio de Janeiro em 27 de setembro de 1955.

Casou-se a primeira vez com Amanda Velho da Mota Maia, filha dos condes de Mota Maia; viúvo, casou-se com Ana de Almeida Bispo, com quem teve dois filhos.

Publicou *Os Exércitos das principais potências* (1914); *Deodoro (1827-1927)*; *A verdadeira política* (1931); *Primórdios da organização da defesa nacional* (em colaboração com o capitão Ildefonso Escobar, 1943); e *Plano de salvação nacional* (trabalho sobre mineração e siderurgia, 1946).

*Antônio Sérgio Ribeiro*

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos*; ARARIPE, T. *Tasso Fragoso*; BRASIL. *Coleção das Leis*; *Diário Oficial da União*; *Diário do Congresso Nacional* (13/4/1950, 28/9/1955); FONSECA FILHO, H. *Marechal Hermes*; SILVA, H. 1922.